

CARTILHA

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

ORGANIZAÇÃO

PAOLA GIANOTTO BRAGA

STÉFANI QUEVEDO DE MENESES DOS SANTOS

ADRIANA A. BURATO MARQUES BUYTENDORP

GOVERNO DO ESTADO
Mato Grosso do Sul

SED
Secretaria de Estado de Educação

Reinaldo Azambuja Silva
GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Maria Cecilia Amendola da Motta
SECRETÁRIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL

Edio Antonio Resende de Castro
SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL

Hélio Queiroz Daher
SUPERINTENDENTE DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO | SED

Adriana Aparecida Burato Marques Buytendorp
COORDENADORA DE POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL | SED

PRODUÇÃO
Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul – SED-MS
Coordenadoria de Políticas para a Educação Especial – COPESP

PROJETO
Centro Estadual de Apoio Multidisciplinar Educacional ao Estudante com Transtorno do Espectro Autista – Núcleo de Pesquisa Educacional – CEAME/TEA

COORDENAÇÃO
Paola Gianotto Braga

ORGANIZAÇÃO
Paola Gianotto Braga
Stéfani Quevedo de Meneses dos Santos
Adriana Aparecida Burato Marques Buytendorp

REVISÃO LINGUÍSTICA E ORTOGRÁFICA
Stéfani Quevedo de Meneses dos Santos

ILUSTRAÇÕES
João Pedro Rodrigues da Costa – Estudante atendido pelo CEAME/TEA

DIAGRAMAÇÃO E CAPA
Cezinha Galhardo - Assessoria de Comunicação | SED

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B7302c

BRAGA, Paola Gianotto

Cartilha transtorno do espectro autista [recurso eletrônico] / Paola Gianotto Braga, Stéfani Quevedo de Meneses dos Santos e Adriana A. Burato Marques Buytendorp. Campo Grande, MS: Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso do Sul – SED/MS, 2019.

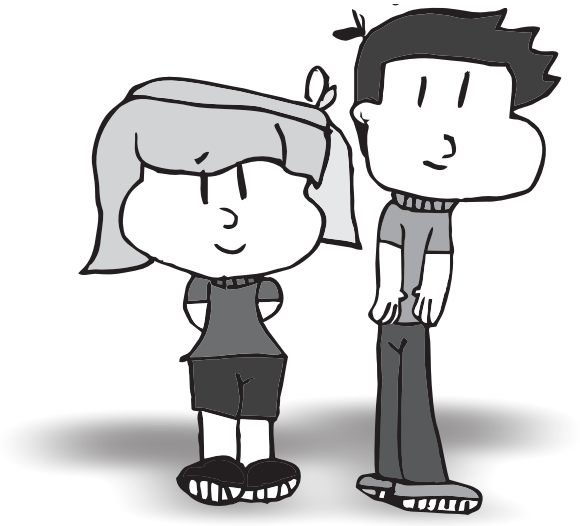
28 p. 13,5 MB; e-Book - PDF

ISBN 978-85-65491-10-5

1. Educação. 2. Educação especial. 3. Autismo. 4. Transtorno do espectro autista. 5. Distúrbios da comunicação em criança. I. Santos, Stéfani Quevedo de Meneses dos. II. Buytencorp, Adriana A. Burato Marques. III. Título.

CDD 371.9

Ficha Catalográfica elaborada pela Bibliotecária Edneia Auxiliadora Arruda Barreto Medeiros - CRB1-2433



CARTILHA

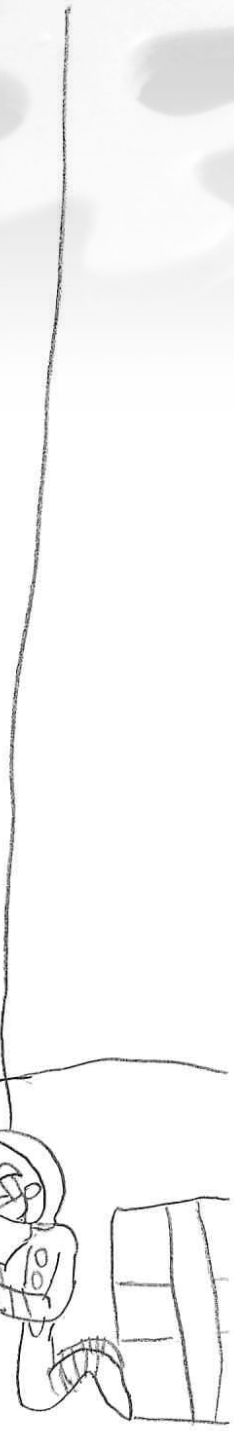
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

ORGANIZAÇÃO
PAOLA GIANOTTO BRAGA
STÉFANI QUEVEDO DE MENESES DOS SANTOS
ADRIANA A. BURATO MARQUES BUYTENDORP

GOVERNO DO ESTADO
Mato Grosso do Sul

SED
Secretaria de Estado de Educação





O que é transtorno do espectro autista?

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um distúrbio de desenvolvimento complexo que se caracteriza por déficits na comunicação oral e em habilidades para desenvolver, manter e compreender relacionamentos sociais.

Pessoas com autismo poderão apresentar prejuízos, tanto na linguagem verbal, quanto na não verbal. Apresentam dificuldades em compreender expressões faciais, gestos, símbolos e metáforas.

Algumas pessoas com TEA podem emitir palavras ou frases sem a intenção de se comunicar, como um exemplo, podem repetir diálogos de filmes, animações ou mesmo palavras faladas por pessoas que fazem parte de sua rotina.

Essa repetição é chamada de ecolalia, que pode se apresentar como imediata (repetição de frases que acabam de ouvir); tardia (repetição de frases antigas, guardadas na memória); e após um tratamento direcionado por um profissional fonoaudiólogo a ecolalia pode deixar de ser imediata e tardia, para se tornar mitigada (durante a emissão poderão ocorrer modificações na fala reproduzida para situações diferentes, tendo como intenção a comunicação, inclusive com alterações no tom de voz e no ritmo da fala).

Além disso, também é apresentado pelo sujeito com TEA, padrões repetitivos de comportamento (o movimento repetitivo das mãos ou o balançar do corpo), assim como interesses ou atividades (apresentar um interesse por um personagem em específico ou por um determinado objeto, como também poderá gostar de um assunto específico, sendo os mais comuns: dinossauros, planetas, carros, dentre outros).

Após essas especificações, encontraremos três níveis de gravidade, são eles:

- Grau leve (Nível 1);
- Grau moderado (Nível 2);
- Grau severo (Nível 3).

Cada um dos níveis relaciona-se a quantidade de apoio necessária para contemplar as necessidades de cada pessoa com TEA levando em conta as dificuldades na comunicação social, e os comportamentos restritos e repetitivos.

Podemos assim entender...

Nível 1 – Necessidade de pouco apoio

- Comunicação social: pode apresentar dificuldades para se relacionar socialmente, como para iniciar um diálogo, apresentando pouco interesse em interagir com as outras pessoas, porém se estimulado a interagir, poderá apresentar comunicação com respostas mais objetivas.
- Comportamentos restritos e repetitivos: costuma apresentar dificuldades em relação às mudanças, como por exemplo, em lidar com a quebra de rotina.

Nível 2 – Necessidade de apoio substancial

- Comunicação social: dificuldades graves na interação social verbal e não verbal com grandes limitações, mesmo se receber auxílio durante a comunicação, apresentado respostas reduzidas ou incomuns durante interações sociais que partem dos outros.
- Comportamentos restritos e repetitivos: há dificuldade em lidar com mudanças, apresentando assim, algumas repetições de movimentos com as mãos ou corpo com mais frequência, podendo apresentar sofrimento para mudança de foco em atividades de sua rotina.

Nível 3 – Necessidade de apoio muito substancial

- Comunicação social: há graves dificuldades na interação social verbal e não verbal causando grande limitação nas interações sociais com resposta mínima a aberturas sociais, que partem de outros.
- Comportamentos restritos e repetitivos: há extrema dificuldade em lidar com mudanças em seu cotidiano, apresentando grande sofrimento para mudança de foco ou comportamento.



Quais são os sinais de alerta?

Embora não haja uma cura para o TEA existem tratamentos que poderão proporcionar maior qualidade de vida, assim como progressos comportamentais e cognitivos, conforme os estímulos ofertados à pessoa que apresenta o transtorno.

Nesse sentido, alguns sinais poderão ser detectados a partir dos quatro meses de vida da criança, um olhar atento das pessoas que convivem com ela será essencial, pois poderá auxiliar em uma investigação dos profissionais da saúde. Assim, podemos identificar alguns sinais, que serão listados, nesse material, a partir dos quatro meses de vida, até os cinco anos de idade.

4 MESES DE IDADE:

- Não acompanha objetos que se movam na sua frente;
- Não sorri para as pessoas;
- Não leva as mãos ou objetos à boca;
- Não responde a estímulos sonoros;
- Não emite sons com a boca;
- Não sustenta a cabeça;
- Dificuldade em mover os olhos para todas as direções.

6 MESES DE IDADE:
- Não tenta pegar objetos que estão próximos;
- Não demonstra afeto por seus familiares;
- Não responde aos sons emitidos próximos a ela;
- Não emite pequenas vocalizações;
- Não sorri ou dá risadas ou expressões alegres.

9 MESES DE IDADE:
- Não senta, mesmo com auxílio;
- Não balbucia;
- Não reconhece o próprio nome;
- Não reconhece pessoas de seu convívio;
- Não olha para onde você aponta;
- Não passa os brinquedos de uma mão para outra;
- Não demonstra reciprocidade;
- Não responde às tentativas de interação.

12 MESES DE IDADE:
- Não faz contato visual;
- Não engatinha;
- Não fica em pé, quando segurado;
- Durante a brincadeira "de esconder", não procura os objetos que foram escondidos;
- Não fala palavras como “papai” ou “mamãe”;
- Não entende comandos como “mandar tchau”;
- Não aponta para objetos.





18 MESES DE IDADE:
- Não anda;
- Não aprende novas palavras;
- Não expressa o que quer;
- Não aponta para mostrar algo;
- Não se importa se o cuidador se afasta ou se aproxima;
- Não copia comportamentos;
- Perdeu habilidades que já possuía.

2 ANOS DE IDADE:
- Não fala frases com duas palavras, que não sejam imitação (exemplo: quero água);
- Não copia ações ou palavras;
- Não segue instruções simples;
- Não anda de forma equilibrada;
- Não entende o que fazer com utensílios comuns como colher, telefone, escova de cabelo;
- Perdeu habilidades que já possuía.

3 ANOS DE IDADE:
- Cai muito ao andar;
- Fala muito pobre ou incompreensível;
- Não compreende comandos simples;
- Não consegue brincar de “faz de conta”;
- Não consegue brincar com brinquedos simples (Exemplo: quebra-cabeça, Lego);
- Não há interesse em brincar com outras crianças;
- Perdeu habilidades que já possuía.

4 ANOS DE IDADE:
- Não brinca com outras crianças;
- Interage com poucas pessoas;
- Resiste em trocar de roupas;
- Não aprende histórias de “faz de conta”;
- Dificuldades na fala;
- Não entende comandos simples;
- Não usa pronomes “você” e “eu” corretamente;
- Tem dificuldades para desenhar;
- Perdeu habilidades que já possuía.

5 ANOS DE IDADE:
- Não demonstra variedade de emoções;
- Se distrai facilmente;
- Não interage com as pessoas;
- Não sabe diferenciar o que é real e imaginário;
- Não desenha figuras;
- Não consegue escovar os dentes, tomar banho ou se vestir sozinho;
- Não conversa sobre atividades ou experiências diárias vividas;
- Não consegue falar o próprio nome completo;
- Não consegue jogar ou praticar uma variedade de atividades;
- Não usa o plural ou o tempo passado corretamente;
- Perdeu habilidades que já possuía.



Número de pessoas com autismo

A porcentagem de crianças e adolescentes em todo o mundo é de 1%, conforme diversas pesquisas internacionais realizadas nos Estados Unidos, Europa e Ásia. Uma pesquisa feita pela CDC (Centros de Controle e Prevenção de Doenças), órgão ligado ao governo dos Estados Unidos, aponta que uma criança a cada 59 nasce com o Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Nesse sentido, a estimativa brasileira referente ao número de pessoas com autismo indica dois milhões de brasileiros, é importante destacar que a ocorrência de autismo é maior no sexo masculino, com a proporção de 5 meninos para cada menina, dessa forma, calcula-se aproximadamente um caso de autismo para cada 42 nascimentos de meninos, enquanto que para o sexo feminino a relação seria de um caso para cada grupo de 189 meninas.

Outro dado importante é que de 60 a 70% das pessoas que apresentam autismo têm deficiência intelectual.

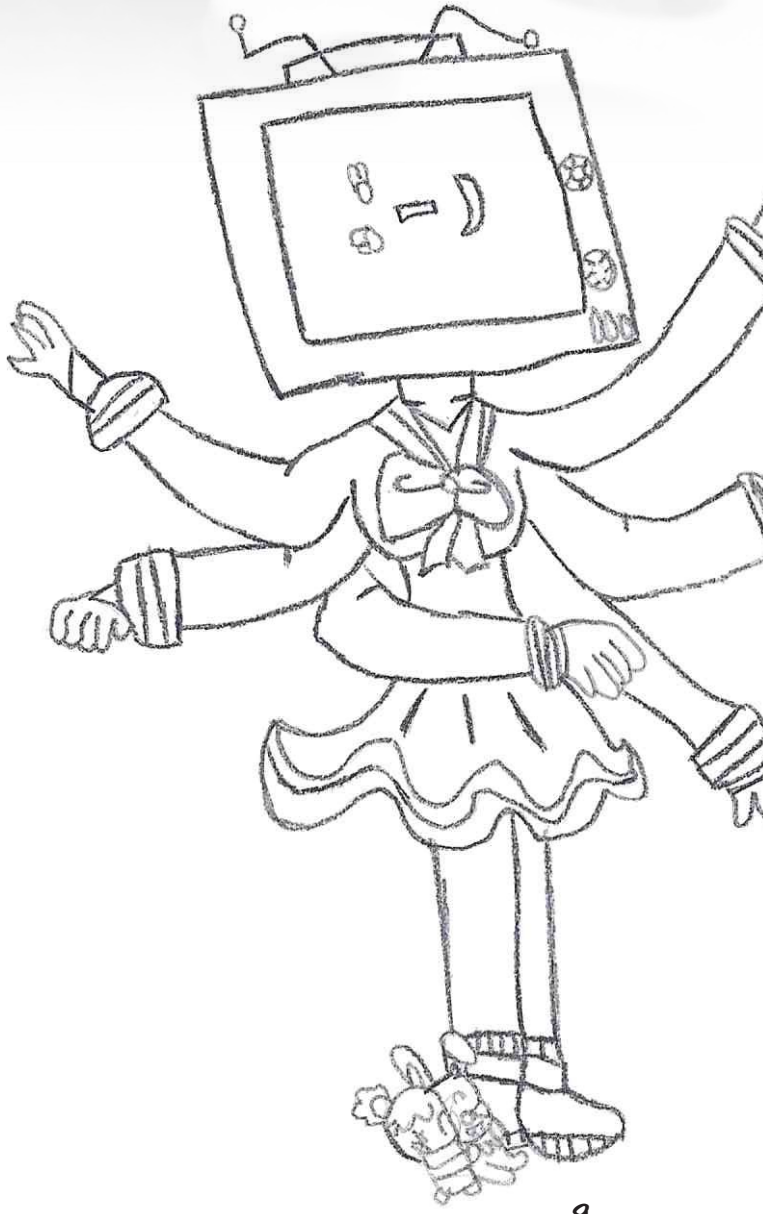
Como ocorre o diagnóstico?

O diagnóstico de transtorno do espectro autista engloba prejuízos nas capacidades cognitivas sociais, que se encaixam em três categorias necessárias:

1) reciprocidade socioemocional;
2) comportamentos comunicativos não verbais;
3) interação social.

O indivíduo deve demonstrar déficits persistentes em todos os três domínios. Embora vários transtornos psiquiátricos da infância afetem negativamente o funcionamento social, seja de forma geral, seja em contextos específicos, é importante destacar, que as características fundamentais, para transtorno do espectro autista indicam um prejuízo global em todas as capacidades cognitivas sociais que são essenciais para interação interpessoal adequada.

Como exemplo, a incapacidade de compreender ou usar efetivamente os aspectos sociais da linguagem. O mesmo vale para comunicação não verbal ou para a manutenção de relacionamentos.





O sujeito também deve demonstrar pelo menos duas características de comportamentos restritos ou repetitivos, o que pode abranger fala repetitiva; movimentos repetitivos; interesses específicos, como uso de objetos, rituais ou dificuldades para aderir a uma rotina ou para modificá-la.

Comportamentos sensoriais restritos ou repetitivos também se encaixam nessa categoria, incluindo sensibilidade a texturas, tocar ou cheirar objetos de forma excessiva e obsessão com estímulos visuais ou sonoros. Os sintomas compatíveis com o TEA devem estar presentes desde o início da infância e causar prejuízo significativo no funcionamento adaptativo.

Inclusão educacional

Qualquer ação coletiva necessita de estratégias que possam ser praticadas em um ambiente que contribua para essa coletividade, quando se trata do Transtorno do Espectro Autista (TEA), não é uma realidade diferente, desde o encaminhamento para profissionais que possam apresentar o fechamento do laudo à inserção do estudante na sala de aula, não se trata de um processo simples, pois diversas partes, evidentemente, deverão contribuir, de modo que cada uma possa efetivar o seu papel, tendo como meta o mesmo produto final, o desenvolvimento pedagógico contribuindo com o exercício da autonomia do estudante.

Conhecer as especificidades de cada um dos estudantes, no que se referem as suas dificuldades e potencialidades, faz parte do processo educacional, seja com um estudante que apresenta alguma deficiência ou não, pois será a partir de tal conhecimento que poderemos compreender as diferentes formas de aprendizado.

De quem é a responsabilidade de incluir pessoas com deficiência no ambiente escolar? Pais, professores, direção, coordenação, equipe de limpeza, merendeiras, inspetores e demais administrativos da escola, ou seja, todos que fazem parte da rotina escolar deverão assumir essa responsabilidade, por isso, é importante destacar novamente, que conhecer as características do estudante incluindo suas habilidades e limitações será um fator decisivo, para que todos possam contribuir verdadeiramente nesse processo.

O simples fato de agir com naturalidade em momentos de desestrutura emocional de um estudante com autismo, para que o mesmo possa se sentir seguro nesse ambiente, será muito importante.

É preciso atenção ao fato de que apresentar TEA ou alguma outra especificidade, não subtrai os deveres desses sujeitos, por esse motivo, todos os estudantes deverão respeitar as regras da escola, assim como, horários, filas, e caso ocorra ausência do estudante sem justificativa de atestado, o mesmo deverá receber falta, assim como ocorre com os demais, de acordo com o regimento escolar.



Agora falando mais especificamente sobre a prática pedagógica em relação ao TEA, podemos inclusive, utilizar de alguns interesses dos estudantes, para ensiná-los.

Tendo como exemplo, uma criança que apresenta grande interesse por carros, podemos utilizar a imagem ou objetos que se relacionem para introduzir adição, subtração dentre outros, mas sempre com a intenção de ampliar esse panorama de interesses. Ainda utilizando o exemplo de carros, pode-se partir desses objetos, para aos poucos trazer assuntos como: estradas, cidades, globalização, dentre outros, aumentando essa visão gradativamente.

Também precisamos falar da matriz curricular, a qual apresenta a estruturação dos conteúdos formalmente transmitidos na escola regular e que deverão ser apresentados a todos os estudantes, independente de suas dificuldades, porém, é válido lembrar que há maneiras diversas para o fornecimento de tal conteúdo e de sua avalição, e é sempre bom termos em mente, que não devemos comparar um educando com outro, uma vez que cada um apresentará ritmo e forma de aprendizagem diferenciada, apesar de também apresentar TEA.

Além disso, existem outros pontos que necessitam de atenção:

- Quando o estudante apresentar muito comprometimento cognitivo será necessário que o professor visualize no conteúdo proposto para a sala, o que poderia ser extraído deste, para a compreensão do educando com TEA, após adequação.

- Frente a este comprometimento, as atividades e avaliações precisarão de referência concreta como: alfabetos móveis, palitos ou tampas para adição e subtração, dentre outros materiais. As Ilustrações nesses casos, preferencialmente, não devem ser utilizadas, mas sim, fotografias ou imagens com boa resolução;

- Atenção para a quantidade de estímulos, muitas imagens ou cores, ao invés de reter a atenção do educando, poderão trazer como consequência, o desvio atencional ou até mesmo irritabilidade;

- Nas atividades, assim como avaliações, deve-se preservar a idade cronológica do estudante. Como exemplo, se o estudante é um adolescente de 15 anos, sua atividade deverá ser adequada de acordo com esta fase, ou seja, sem imagens infantilizadas, como borboletinhas ou ursinhos, porém com figuras que estejam aproximadas de sua realidade, extraídas de revistas, livros didáticos em desuso, dentre outros recursos visuais.

- Precisamos dar preferência a exemplificações que façam parte da vivência do estudante, como por exemplo, será inviável a exemplificação ortográfica da palavra “concha” ou “cartucho”, se o estudante nunca vivenciou situações que pudessem referenciar em sua memória, a identificação desses exemplos.

- Devemos utilizar, quando possível, experiências científicas, maquetes, dentre outros recursos que possam se aproximar da prática de alguns conteúdos, pois isso trará mais interesse e significado para a aprendizagem de estudantes com ou sem deficiência intelectual associada.

- É necessário tomar cuidado com a quantidade de atividades. É natural estarmos ansiosos com as evoluções pedagógicas, mas precisaremos começar aos poucos, ou seja, deveremos respeitar o tempo de cada estudante, que não se trata do mesmo que o nosso, nesse aspecto o menos é mais;

- Os enunciados de cada avalição necessitarão ser muito claros e, é preciso inclusive verificar se o estudante não apresenta alguma dificuldade de leitura, no que se refere a sua visão, pois em alguns casos, será necessário o aumento da fonte e espaçamento.

- Para fechar esse tópico, precisamos nos lembrar de que é sempre bom elogiar o estudante, afinal, todos nós gostamos de reconhecimento. Devemos apresentar sim, suas incorreções, mas em seguida, precisamos destacar suas evoluções, mesmo que, se em sua percepção, estas se pareçam tão pequenas. Lembre-se: cada minúsculo fator poderá significar muito, principalmente para sujeitos que encontram diversas dificuldades e que são cercados pelas expectativas de muitos.



O que é tecnologia assistiva?

É uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que agrega produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a autonomia, independência, qualidade de vida e a inclusão de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Dentro da categoria “recursos”, podemos encontrar a Alta Tecnologia (equipamentos que necessitam de controle de computadores ou dispositivos eletrônicos, produzidos em indústrias, em série e por profissionais especializados) e a Baixa Tecnologia (feito com materiais de baixo custo disponíveis no dia a dia e produzidos de forma artesanal e individual).

Dessa forma, vamos agora destacar algumas categorias da Tecnologia Assistiva:

- Auxílios para a vida diária e vida prática;
- CAA- Comunicação Aumentativa e Alternativa;
- Recursos de acessibilidade ao computador;
- Adequação Postural;
- Projetos arquitetônicos para acessibilidade;
- Órteses e próteses;
- Adaptações em Veículos;
- Auxílios de mobilidade;
- Auxilio para cegos ou pessoas com baixa visão;
- Auxílios para pessoas com surdez ou com déficit auditivo.

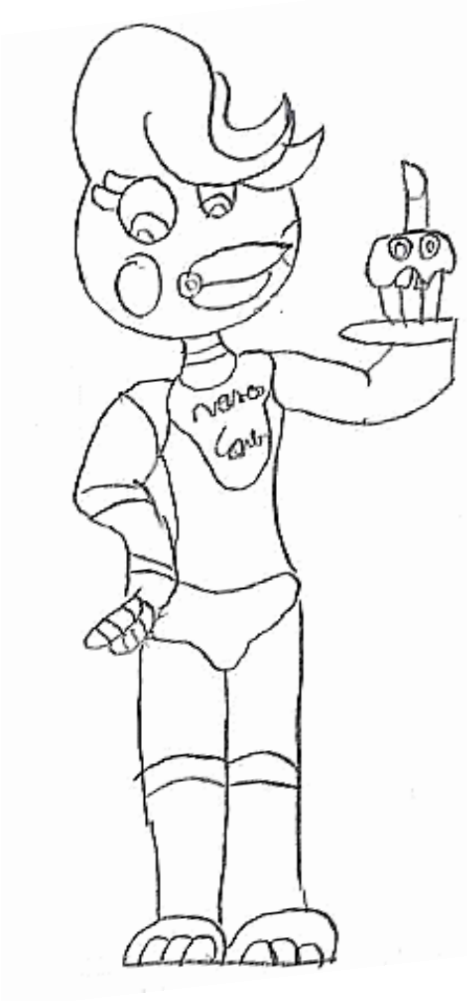




Contudo, os recursos de Tecnologia Assistiva podem ser utilizados como mediação para a inclusão dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista no ambiente escolar, possibilitando o desenvolvimento de sua capacidade cognitiva, comunicacional e motora, consequentemente, um grande auxílio para sua inclusão social.

A disponibilidade de recursos e adaptações torna-se a diferença para esses estudantes desde um simples engrossador de lápis, a criação de um quadro de rotinas, pistas visuais para que o educando com TEA, não verbal, possa demonstrar suas necessidades, como ir ao banheiro, ingestão de água, alimentação; até mesmo mudanças em seu mobiliário, como aumento e redução de carteiras, apoio plantar (suporte para os pés enquanto o sujeito permanece sentado) para a educação postural, a qual poderá interferir em questões motoras.

Integração sensorial no ambiente escolar



É necessário desenvolver estratégias de adaptações na escola, para garantir um ambiente sensorial favorável ao aprendizado que agreguem as necessidades do estudante com TEA, de modo a facilitar o desenvolvimento das habilidades do sistema nervoso, para que o estudante consiga organizar, processar e interpretar os estímulos sensoriais. Dessa forma, o Terapeuta Ocupacional (TO) orienta o educador a estabelecer uma estratégia sensorial adequada ao estudante, com o intuito de facilitar a aprendizagem, por meio do controle dos mecanismos de concentração e alerta.

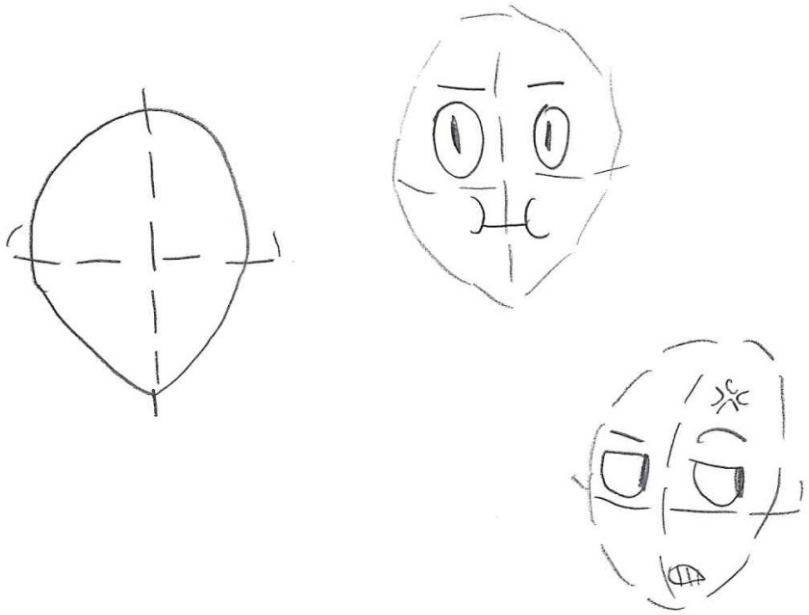
Vamos listar aqui, algumas estratégias que podem ser desenvolvidas na escola para facilitar a aprendizagem:

- Desenvolver a aquisição motora fina, percepção visual e sensação tátil, com massa de modelar, geleca (massa gelatinosa), bexiga com areia ou sementes, tinta, tapete sensorial (com diferentes texturas), saco sensorial com gel ou areia (ziploc – saco plástico com uma espécie de zíper);

- Para estudantes com disfunção sensorial como hipersensibilidade (evita sensações) tátil, pode-se evitar incômodo e ansiedade com o uso de luvas com esponjas nas pontas para evitar o contato com a tinta em atividades, dentre outras;

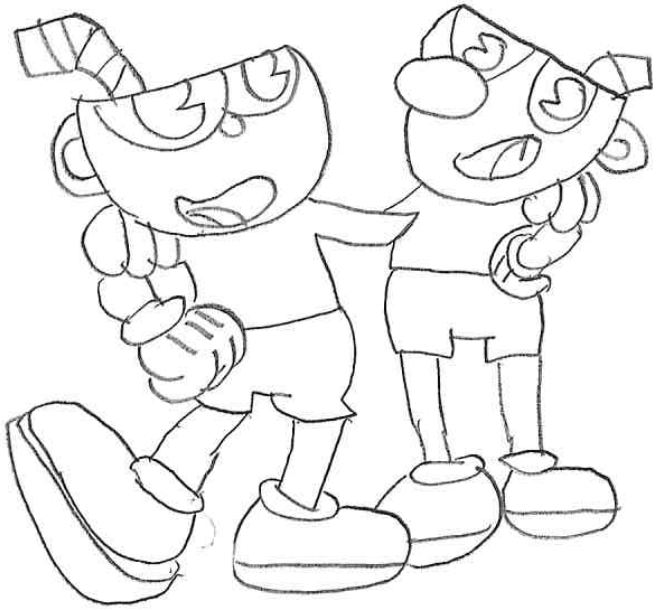
- Recursos sensoriais, que ajudam na autorregulação para manter as mãos e dedos quietos e relaxados como, por exemplo: objetos emborrachados, gominhas de mola, garrafas sensoriais (com água, tinta, glitter ou pequenos objetos), texturas diferentes em um pedaço de velcro colado abaixo da mesa escolar; a caixa sensorial, que poderá apresentar objetos de diferentes texturas, também será de grande proveito, com estudantes que estejam em fase de alfabetização, oferecendo dentro da caixa, o alfabeto móvel, números ou formas geométricas, construídos com lixa, algodão, material emborrachado, dentre outros.

- Para auxiliar estudantes que estão sempre em movimento, na concentração da rotina e na organização do comportamento, em sala de aula, podem ser propostas atividades de alongamento e relaxamento, almofadas ou assentos diferenciados para maior controle postural, prolongando assim, a duração do tempo nesta postura sentada, durante a realização das atividades pedagógicas.



Acompanhante especializado

O acompanhante especializado é um instrumento mediador para o processo de inclusão escolar, porém, antes mesmo desse profissional ser contratado, a avaliação pedagógica do estudante deverá ser realizada, para que seja possível constatar a real necessidade desse profissional. Se não houver uma minuciosa avaliação, corremos o risco de inserir um acompanhante que não se adeque as necessidades do estudante, ou até mesmo, podemos inserir um profissional que poderá estabelecer uma relação de dependência com o educando, o que não é benéfico para seu desenvolvimento escolar e social.



Devemos estar cientes que nem todo sujeito com TEA necessitará de um acompanhante especializado, pois se o estudante acompanha autonomamente o ritmo da turma e apresenta apenas algumas dificuldades em relação a uma disciplina em específico, e também em se socializar; neste caso, se inserirmos um acompanhante especializado, podemos influenciar um retrocesso quanto aos aspectos de independência do sujeito. As dificuldades supramencionadas poderão ser amenizadas ou superadas com o auxílio do professor regente, colegas da turma e demais participantes da rotina escolar do estudante.

É preciso enfatizar que o acompanhante especializado não pode ser visto como cuidador ou babá, e sim como um mediador pedagógico, que juntamente ao professor regente irá realizar as devidas adequações de atividades e avaliações, sempre aproveitando o currículo estabelecido para a turma. Tal profissional deve também, sempre priorizar a autonomia do estudante, preparando-o inclusive para o mundo, por isso, quando possível, deverá aos poucos, observar o estudante de longe em algumas atividades ou intervalo de aula, até mesmo, para possibilitar a socialização do educando com seus pares.

Também é importante destacar a estratégia de ensino colaborativo entre o acompanhante especializado e o professor regente, de modo que o educando possa ser assistido pelos dois profissionais. Assim como o professor regente faz com os demais estudantes, no caso de ter que repetir uma explicação, porém com estratégias diferenciadas, também deverá fazer com o estudante que apresenta TEA.

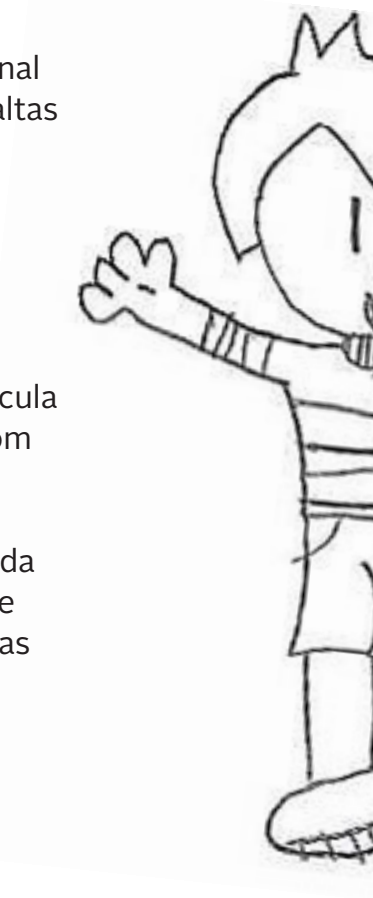
Direitos

Direitos das pessoas com TEA no âmbito nacional

A Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sobre o Direito a Educação e o Dever de Educar, no Art.4: prevê o atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino.

Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, que foi instituída com a Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, a qual também é conhecida como - Lei Berenice Piana - que assegura o acesso à educação para as pessoas com Transtorno do Espectro Autista e ainda infere no Art. 7º: "O gestor escolar, ou autoridade competente, que recusar a matrícula de aluno com transtorno do espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência, será punido com multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários-mínimos".

Lei Nº 13.438, de 26 de abril de 2017, a qual altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para tornar obrigatória a adoção pelo Sistema Único de Saúde (SUS) de protocolo, o qual estabeleça padrões para a avaliação de riscos para o desenvolvimento psíquico das crianças, com obrigatoriedade de aplicação nos primeiros dezoito meses de vida.



Direitos das pessoas com TEA no âmbito estadual (MS)

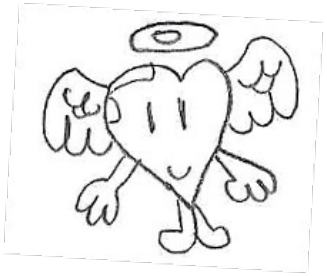


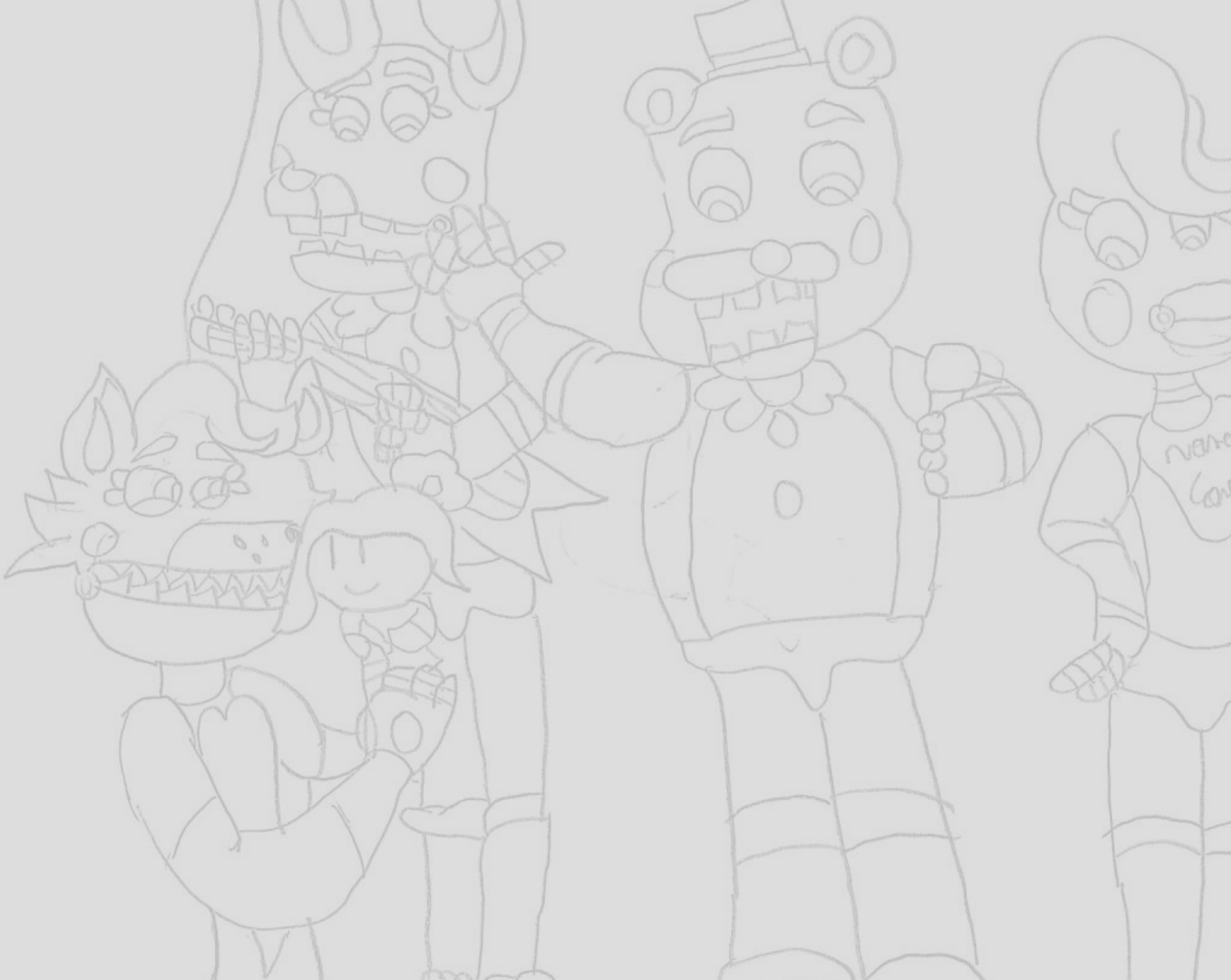
Lei 12.764/2012 e NOTA TÉCNICA Nº 24 / 2013 / MEC / SECADI / DPEE de 21 de março de 2013. Lei esta que baseou a criação do Centro Estadual de Apoio Educacional e Multidisciplinar ao Estudante com Transtorno do Espectro Autista – CEAME/TEA.

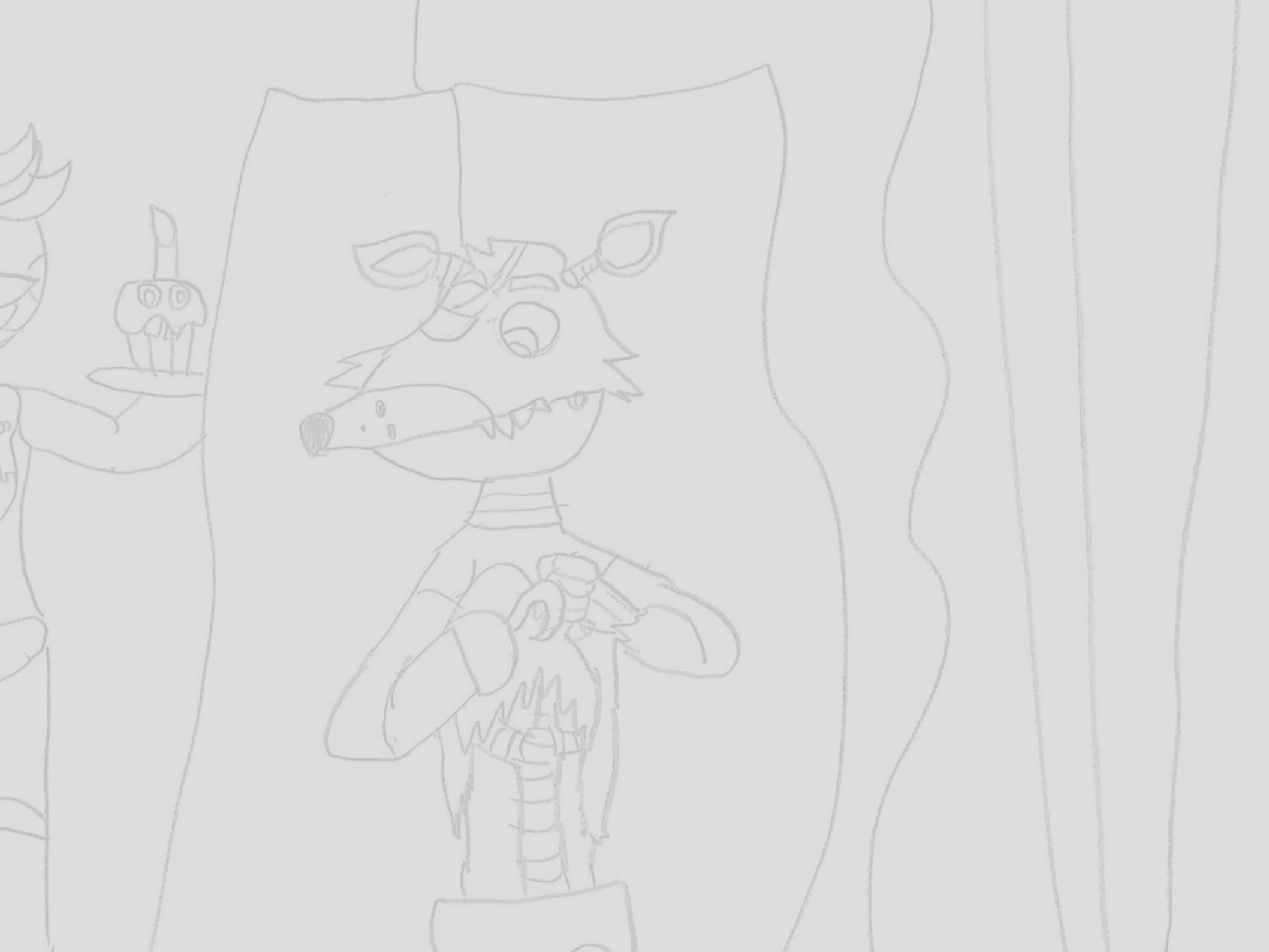
Lei 4.770, de 02 de dezembro de 2015, que autoriza o Poder Executivo do Estado de Mato Grosso do Sul para criar Centros Avançados de Estudos, para Formação de Educadores das Redes Pública e Privada de Ensino do Estado de Mato Grosso do Sul visando a inserção escolar de estudantes portadores (termo utilizado pela lei, mesmo considerando a terminologia já utilizada a partir de 1990 – pessoas com deficiência) de autismo ou que receberam diagnóstico contendo Transtorno do Espectro Autista.

Decreto de Criação do CEAME/TEA. No. 14.480 de 24 de maio de 2016.

Resolução de funcionamento do CEAME/TEA N. 3.120 de 31 de outubro de 2016.









CARTILHA

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-65491-10-5
9 788565 491105

GOVERNO DO ESTADO
Mato Grosso do Sul

SED
Secretaria de Estado de Educação